

STJ00109550

WAGNER MENEZES
(ORGANIZADOR)

TRIBUNAIS INTERNACIONAIS E ATIVISMO SOCIAL



Belo Horizonte
2019

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clémerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luis de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dircê Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Eliane M. Octaviano Martins	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Emerson Garcia	Nelson Rosenvald
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Renato Caram
Floribal de Souza Del'Olmo	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Frederico Barbosa Gomes	Rodolfo Viana Pereira
Gilberto Bercovici	Rodrigo Almeida Magalhães
Gregório Assagra de Almeida	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Corgosinho	Rubens Beçak
Gustavo Silveira Siqueira	Sergio André Rocha
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladimir Oliveira da Silveira
Janaína Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2019.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho

Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva

Imagem de Capa: Free-Photos (Pixabay.com)

Revisão: Responsabilidade do Autor

341.164 Tribunais internacionais e ativismo social
T822 /[organizado por] Wagner Menezes. Belo
2019 Horizonte: Arraes Editores, 2019.
375 p.

ISBN: 978-85-8238-682-8

ISBN: 978-85-8238-683-5 (E-book)

Vários autores.

1. Tribunais internacionais. 2. Justiça internacional. 3. Tribunal Penal Internacional – TPI.
4. Ordenamento jurídico brasileiro. 5. Direito internacional. 6. Direito internacional penal.
7. Ativismo social. 8. Direitos humanos. I. Menezes, Wagner (Org.). I. Título.

CDDir – 341.164

CDD(23.ed.)– 341.55

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-700

MATRIZ

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000
Tel: (31) 3031-2330

FILIAL

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2019

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	XIX
CAPÍTULO 1	
ANTINOMIA ENTRE A PENA DE PRISÃO PERPÉTUA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
<i>Ari Rogério Ferra Júnior; Aldo Almeida Nunes Filho</i>	1
CAPÍTULO 2	
O PROCEDIMENTO DE MEDIDA PROVISÓRIA NO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR: ENTRE A FRAGMENTAÇÃO E O DIÁLOGO	
<i>Bárbara Mourão Sachett; Paulo Henrique Reis de Oliveira</i>	19
CAPÍTULO 3	
CASO AL-BASHIR: OS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS DE QUARTA GERAÇÃO COMO ALTERNATIVA À JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	
<i>Caio Gustavo de Almeida; Alessandra Correia Lima Macedo Franca</i>	33
CAPÍTULO 4	
DEMOCRACIA, DIREITO INTERNACIONAL E ATIVISMO SOCIAL: A PROMOÇÃO DO DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS COMO REFLEXO DOS MOVIMENTOS DE DESCOLONIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA	
<i>Celso de Oliveira Santos; Vinicius Eleodoro Silva Moura</i>	55
CAPÍTULO 5	
O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO COMO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE E COMO FUNDAMENTO PARA O ATIVISMO SOCIAL	
<i>Claudia Regina de Oliveira Magalhães da Silva Loureiro</i>	71

CAPÍTULO 6

A IMPORTÂNCIA DO ATIVISMO SOCIAL NOS CASOS DE
VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO NOS SISTEMAS
INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS
HUMANOS: UMA VIA DE MÃO DUPLA”

Daniela Bucci 83

CAPÍTULO 7

DO RECONHECIMENTO DAS OBRIGAÇÕES EM MATÉRIAS
AMBIENTAIS COMO OBRIGAÇÕES ERGA OMNES

Ellen Akemy Kuroce; Sibebe Walkiria Lopes 99

CAPÍTULO 8

ESTADOS FORA-DA-LEI E O ATIVISMO SOCIAL NO
TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Gabrielly Carvalho Alves; Jeancezar Ditz de Souza Ribeiro 121

CAPÍTULO 9

WHEN THE LEVEE BREAKS: PRELIMINARY REMARKS ON
ACTIVISM AND LEGITIMACY IN THE INTER-AMERICAN HUMAN
RIGHTS SYSTEM PRECAUTIONARY MEASURES REFORM

Gustavo Martinez Borges; Henrique Jerônimo Bezerra Marcos 139

CAPÍTULO 10

ATIVISMO SOCIAL NO DIREITO INTERNACIONAL PENAL:
DE SUA GÊNESE AOS CRIMES DE GÊNERO

Ingrid Barbosa Oliveira; Ariadne Oliveira Silva de Carvalho Santos 157

CAPÍTULO 11

OS RISCOS DA APLICAÇÃO DA “MARGIN OF APPRECIATION”
NA EFETIVIDADE DA CONVENÇÃO EUROPÉIA DE DIREITOS
HUMANOS.

João Victor Jambo Stuart; Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo 175

CAPÍTULO 12

O ESTATUTO JURÍDICO DE ILHA E SEU IMPACTO NA
DELIMITAÇÃO DE FRONTEIRAS MARÍTIMAS: UMA ANÁLISE
DO CASO BANGLADESH/MYANMAR

Júlia Schütz Veiga; Mariana Passos Beraldo 191

CAPÍTULO 13

AS PARTICIPAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA CORTE
INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO TEMA

TRABALHO ESCRAVO MODERNO: O CASO FAZENDA BRASIL VERDE VS. BRASIL <i>Karen Christina Iannini; David França Ribeiro de Carvalho</i>	207
CAPÍTULO 14	
POVO INDÍGENA XUCURU E SEUS MEMBROS VS. BRASIL: A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS DO POVO INDÍGENA XUCURU COMO UM TRABALHO CONJUNTO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E DA SOCIEDADE CIVIL <i>Luiza Nazaré; David França Ribeiro de Carvalho</i>	221
CAPÍTULO 15	
POR UMA SOLUÇÃO ALTERNATIVA AO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL EM ÁFRICA <i>Mamadu Seidi</i>	233
CAPÍTULO 16	
A EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS À LUZ DA TEORIA GERAL <i>Mônica Nogueira Rodrigues</i>	253
CAPÍTULO 17	
OS DIREITOS HUMANOS E O ATIVISMO SOCIAL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS À LUZ DO CASO VLADIMIR HERZOG <i>Murilo Muniz Fuzetto; Guilherme de Oliveira Tomishima</i>	267
CAPÍTULO 18	
O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO IMPACTO DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS <i>Nathalia Penha Cardoso de França</i>	283
CAPÍTULO 19	
MIGRAÇÕES FORÇADAS E O JULGAMENTO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DO CASO “PESSOAS DOMINICANAS E HAITIANAS EXPULSAS VS. REPÚBLICA DOMINICANA” <i>Rute Oliveira Passos; Dimas Pereira Duarte Júnior</i>	295

CAPÍTULO 20

A ABERTURA DO ÓRGÃO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS
DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO AOS ATORES
NÃO ESTATAIS

Thaís Diniz da Côte; David França Ribeiro de Carvalho..... 319

CAPÍTULO 21

A INFLUÊNCIA DO RECONHECIMENTO DO ESTADO
DE COISAS INCONSTITUCIONAL PELA CORTE
CONSTITUCIONAL DA COLÔMBIA E O COMPROMISSO
SIGNIFICATIVO SUL-AFRICANO NO BRASIL: UMA ANÁLISE
A PARTIR DO ATUAL CENÁRIO DOS PRESÍDIOS BRASILEIROS

Thaís Gabrielle da Silva Lemos; Mariane Morato Stival 337